



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC-SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 064 , DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria Ministerial nº 37 de 07/01/2009, publicada no DOU de 08/01/2009 e Lei nº 11.892, de 29/12/2008, e considerando a decisão em Reunião Ordinária deste Conselho, realizada no dia 20/12/2010,

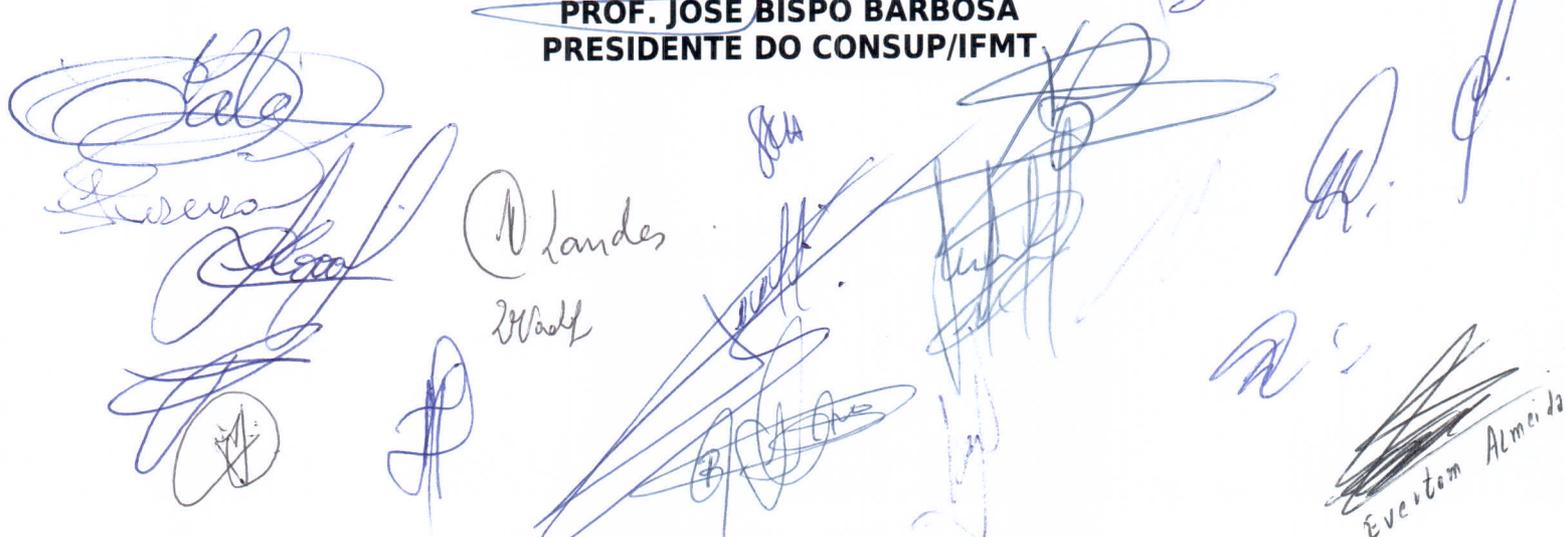
RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Regulamentação para Políticas de Inovação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT, contendo 13 (treze) capítulos e 25 (vinte e cinco) artigos.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá-MT, 20 de dezembro de 2010.


PROF. JOSÉ BISPO BARBOSA
PRESIDENTE DO CONSUP/IFMT



Assinaturas de membros do Conselho Superior, incluindo nomes legíveis como "Luzes", "Landes", "Wally", e "Everton Almeida".



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC - SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
MATO GROSSO**

**POLÍTICAS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO.**

**CAPÍTULO I
DO NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - NIT**

Art. 1º. Criar o NIT, de que trata a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005, e dispor, em caráter geral, sobre a sua vinculação, estrutura, objetivos, competências, funcionamento e diretrizes gerais, na conformidade das disposições seguintes.

§ 1º O NIT de que trata este artigo, para o fim de integrar a estrutura do IFMT, será incorporado ao organograma funcional da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação – PROPEIS, desempenhando natureza de gerência e sendo dirigido por gerente/coordenador especial, indicado e nomeado pelo Reitor, na forma legal.

§ 2º Constitui missão do NIT fortalecer o relacionamento do IFMT com a comunidade, envolvendo órgãos de Governo, empresas e demais organizações da sociedade civil, com o objetivo de criar oportunidades para que as atividades de ensino e pesquisa se beneficiem dessas interações e promover, como estratégia deliberada, a transferência do conhecimento em prol do desenvolvimento econômico, tecnológico e social do país.

§ 3º O NIT adotará a denominação “Agência de Inovação Tecnológica”.

§ 4º Poderá o NIT ser desmembrado em divisões e setores, conforme necessidade de expansão do IFMT no Estado de Mato Grosso.

**CAPÍTULO II
CONCEITUAÇÕES**

Art. 2º Para efeito desta Política de Inovação Tecnológica do IFMT, serão adotadas as seguintes conceituações, emanadas do Decreto nº 5.563/2005, e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC - SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
MATO GROSSO

outras, em atendimento às necessidades do IFMT, para facilitar a comunicação entre os usuários da Agência de Inovação Tecnológica e sua estrutura funcional:

I – agência de fomento: órgão ou instituição de natureza pública ou privada que tenha entre os seus objetivos o financiamento de ações que visem estimular e promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação;

II – criação: invenção, modelo de utilidade, desenho industrial, programa de computador, topografia de circuito integrado, nova cultivar ou cultivar essencialmente derivada e qualquer outro desenvolvimento tecnológico que acarrete ou possa acarretar o surgimento de novo produto, processo ou aperfeiçoamento incremental, obtida por um ou mais criadores;

III – criador: pesquisador que seja inventor, obtentor ou autor de criação;

IV – inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços;

V – Instituição Científica e Tecnológica – ICT: órgão ou entidade da administração pública que tenha por missão institucional, entre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico;

VI – Núcleo de Inovação Tecnológica: núcleo ou órgão constituído por uma ou mais ICT com a finalidade de gerir sua política de inovação;

VII – instituição de apoio: instituições criadas sob o amparo da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico;

VIII – pesquisador público: ocupante de cargo efetivo, cargo militar ou emprego público que realize pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico; e

IX – inventor independente: pessoa física, não ocupante de cargo efetivo, cargo militar ou emprego público, que seja inventor, obtentor ou autor de criação.

Parágrafo único. Equipara-se ao inventor independente, para efeito do disposto no inciso anterior, o servidor público, civil, militar ou o empregado público, quando a invenção, obtenção ou a autoria de criação, cumulativamente:

I – não decorra do exercício das atribuições do cargo efetivo; e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC - SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
MATO GROSSO

II – não obtiver, de qualquer forma, participação de órgão e/ou de entidade públicos na invenção, obtenção ou autoria de criação.

CAPÍTULO III
VINCULAÇÃO E ESTRUTURA

Art. 3º O NIT ficará vinculado à PROPES, cabendo ao Pró-Reitor daquela pasta a iniciativa de propor ao Reitor do IFMT o dimensionamento e a viabilização de sua estrutura funcional.

Parágrafo único. O desmembramento do NIT em divisões e setores dependerá de estudos de viabilização técnica e operacional, ficando a cargo da PROPES, por intermédio de seu Pró-Reitor, a proposição da estrutura, acompanhada de justificativa e metodologias de trabalho.

Art. 4º Cabe ao Reitor, através de Portaria instituir o NIT, tendo por base a proposta da PROPES.

Parágrafo único. A PROPES deverá apresentar, no máximo de 90 (noventa) dias a contar da data de aprovação da presente Política de Inovação Tecnológica do IFMT, a proposição de que trata o artigo anterior, podendo esse prazo, mediante justificativa circunstanciada, ser prorrogado, a critério do Reitor.

CAPÍTULO IV
OBJETIVOS

Art. 5º É objetivo do NIT dar apoio às ações que tenham por fundamento a inovação tecnológica em todos os seguimentos da ciência e da tecnologia, especialmente as matérias tratadas pelas Leis nºs 9.279, de 15 de maio de 1996 (direitos e obrigações relativos a Propriedade Industrial), 9.609, de 19 de fevereiro de 1998 (proteção de Propriedade Intelectual de Programa de computador e sua comercialização), 8.974, de 05 de janeiro de 1995 (uso das técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados), 9.456, de 28 de abril de 1997 (proteção de cultivares), e demais legislações afins.

JBB



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC - SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
MATO GROSSO**

Art. 6º Para a consecução de seus objetivos, o NIT poderá se valer de todas as estruturas existentes no IFMT, mediante entendimento prévio com cada Campi.

§ 1º Para dar cumprimento ao disposto neste artigo, e havendo necessidade, o Reitor poderá editar Portaria com o propósito de regular o atendimento das solicitações do NIT, podendo delegar competência ao Pró-Reitor da PROPES para tanto, desde que obedecidos os objetivos e as competências constantes desta Política de Inovação Tecnológica do IFMT.

§ 2º O apoio do NIT nas questões ligadas a direitos autorais, regidos pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, se restringe a orientações aos membros da comunidade acadêmica interessada.

**CAPÍTULO V
COMPETÊNCIAS**

Art. 7º Compete ao NIT:

I – implementar, sedimentar e zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia;

II – avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento das disposições da Lei nº 10.973/2004, e seu Regulamento, o Decreto nº 5.563/2005;

III – avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma do art. 23, do Decreto nº 5.563/2005, compreendendo o seguinte:

- a) ao inventor independente que promove depósito de pedido de patente é facultado solicitar a adoção de sua criação pelo IFMT, por intermédio do Núcleo, que decidirá livremente quanto à conveniência e oportunidade da solicitação, visando à elaboração de projeto voltado a sua avaliação para futuro desenvolvimento, incubação, utilização e industrialização pelo setor produtivo;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC - SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
MATO GROSSO

- b) o projeto de que trata a alínea anterior pode incluir, entre outros, ensaios de conformidade, construção de protótipo, projeto de engenharia e análises de viabilidade econômica e de mercado;
- c) a invenção será avaliada pelo NIT, o qual submeterá o projeto à PROPES decidir sobre a sua adoção, mediante contrato;
- d) o NIT informará ao inventor independente, no prazo máximo de 6 (seis) meses, a contar da data de protocolo, a decisão quanto à adoção a que se refere a alínea “a”, do inciso III, deste artigo;
- e) adotada a invenção, o inventor independente comprometer-se-á, mediante contrato, a compartilhar os ganhos econômicos auferidos com a exploração industrial da invenção protegida; e
- f) o NIT dará conhecimento ao inventor independente de todas etapas do projeto, quando solicitado;

IV – opinar pela conveniência e promover o pedido de registro ou o pedido de patente no órgão competente e acompanhar o processo de proteção, nacional e/ou internacional, das criações desenvolvidas na Instituição, e o seu licenciamento;

V – promover as ações de transferência de tecnologia, licenciamento, industrialização e comercialização, direta ou indiretamente, mediante celebração de instrumentos contratuais e congêneres, e diligenciar toda e qualquer iniciativa que vise esse propósito;

VI – opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na Instituição, passíveis de proteção intelectual; e

VII – acompanhar e zelar pela manutenção e defesa dos títulos de Propriedade Intelectual da Instituição.

Parágrafo único. Ficará a critério do NIT a aceitação, ou não, mediante justificativa fundamentada, de criações susceptíveis das ações previstas neste artigo, observados os seguintes pressupostos:

I – quando a criação originar-se de inventor independente, não será cabível qualquer recurso contra decisão que negar a sua aceitação;

II – quando a criação originar-se de criador ou pesquisador público, serão admitidos os recursos previstos no Regimento Interno do IFMT; e



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC - SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
MATO GROSSO**

III – nenhum ressarcimento será devido, pelo IFMT, em razão da negativa de aceitação de criação susceptível das ações previstas neste artigo.

**CAPÍTULO VI
DO ESTÍMULO À CONSTRUÇÃO DE AMBIENTES ESPECIALIZADOS E
COOPERATIVOS DE INOVAÇÃO**

Art. 8º O IFMT, por intermédio do NIT, poderá estimular e apoiar o desenvolvimento de projetos de cooperação, envolvendo empresas nacionais, ICT e organizações de direito privado sem fins lucrativos e voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos e processos inovadores, conforme o Capítulo II do Decreto 5.563 de 11 de Outubro de 2005.

§ 1º O apoio previsto neste artigo poderá contemplar redes e projetos nacionais e internacionais de pesquisa tecnológica, e ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes de inovação, inclusive incubadoras de empresas e parques tecnológicos.

§ 2º Os projetos de cooperação de que trata este artigo serão propostos pelas Diretorias e/ou Coordenações, e por eles aprovados, por seus Colegiados e/ou Conselhos, mediante prévio parecer do NIT, de conformidade com regulamento específico para esse fim, a ser editado pela PROPES.

Art. 9º. As Diretorias e/ou Coordenações, após parecer favorável do NIT (art. 7º, II, desta Política de Inovação Tecnológica, conforme Art. 4º do Decreto 5.563 de 11 de Outubro de 2005, poderão, observado o regulamento, nos termos de contrato ou convênio:

I – compartilhar seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com microempresas e empresas de pequeno porte em atividades voltadas à inovação tecnológica, para a consecução de atividades de incubação, sem prejuízo de suas atividades fins; e

II – permitir a utilização de seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e de mais instalações existentes em suas próprias dependências por empresas nacionais e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC - SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
MATO GROSSO

para atividades de pesquisa, desde que tal permissão não interfira diretamente na sua atividade-fim, nem com ela conflite.

§ 1º A permissão e o compartilhamento de que tratam os incisos I e II, deste artigo, obedecerão às prioridades, critérios e requisitos aprovados e divulgados, assim como será assegurada a igualdade de oportunidades às empresas e organizações interessadas, na conformidade de regulamento específico.

§ 2º A iniciativa de compartilhamento e a permissão de utilização de estruturas físicas previstas nos incisos I e II, deste artigo, será da respectiva Direção e/ou Coordenação, devidamente aprovada pelo seu Colegiado e/ou Conselho.

§ 3º Compete ao Reitor expedir o regulamento de que trata o § 1º deste artigo, mediante Portaria, com base em proposta a ser apresentada pela PROPES, ouvido o NIT.

Art. 10. O IFMT poderá participar minoritariamente do capital de empresa privada de propósito específico, que vise ao desenvolvimento de projetos científicos ou tecnológicos para obtenção de produto ou processo inovador, desde que haja previsão orçamentária e autorização do Presidente da República.

Parágrafo único. A Propriedade Intelectual sobre os resultados obtidos pertencerá às instituições detentoras do capital social, na proporção da respectiva participação.

CAPÍTULO VII

DO ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE INOVAÇÃO

Art. 11. É compromisso do IFMT, ouvido o NIT, celebrar contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação por ela desenvolvida, tanto a título exclusivo como não exclusivo.

Parágrafo único. A Transferência de tecnologia e o licenciamento para outorga de direito de uso ou exploração de criação reconhecida em ato do Presidente da República ou de Ministro de Estado, por ele designado, como de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC - SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
MATO GROSSO

relevante interesse público, observará o disposto no art. 6º, do Decreto nº 5.563/2005, em cada caso.

Art. 12. É dispensável, nos termos do art. 24, inciso XXV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a realização de licitação, pelo IFMT, para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.

§ 1º A contratação de que trata o caput, quando for realizada com dispensa de licitação e houver cláusula de exclusividade, será precedida da publicação de edital com o objetivo de dispor de critérios para qualificação e escolha do contratado.

§ 2º O edital conterá, entre outras, as seguintes informações:

I – objeto do contrato de transferência de tecnologia ou de licenciamento, mediante descrição sucinta e clara;

II – condições para a contratação, entre elas a comprovação da regularidade jurídica e fiscal do interessado, e sua qualificação técnica e econômico-financeira para a exploração da criação, objeto do contrato;

III – critérios técnicos objetivos para qualificação da contratação mais vantajosa, consideradas as especificidades da criação, objeto do contrato; e

IV – prazos e condições para a comercialização da criação, objeto do contrato.

§ 3º Em igualdades de condições, será dada preferência à contratação de empresas de pequeno porte.

§ 4º O edital de que trata o § 1º será publicado no Diário Oficial da União e divulgado na rede mundial de computadores pela página eletrônica do IFMT, tornando públicas as informações essenciais à contratação.

§ 5º A empresa contratada, detentora do direito exclusivo de exploração de criação protegida, perderá esse direito caso não comercialize a criação dentro do prazo e condições estabelecidos nos contrato, podendo o IFMT proceder a novo licenciamento.

§ 6º Quando não for concedida exclusividade ao receptor de tecnologia ou ao licenciado e for dispensada a licitação, a contratação prevista no caput poderá ser

183



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC - SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
MATO GROSSO

firmada diretamente, sem necessidade de publicação de edital, para fins de exploração de criação que dela seja objeto, exigida a comprovação da regularidade jurídica e fiscal do contratado, assim como a sua qualificação técnica e econômico-financeira.

Art. 13. O IFMT poderá obter o direito de uso ou exploração de criação protegida, mediante parecer favorável do NIT e do órgão jurídico que a representa, sendo imprescindível a elaboração de instrumento contratual para esse fim, no qual sejam estabelecidos os direitos e obrigações das partes.

Parágrafo único. Na elaboração de instrumento contratual serão observados os princípios e os dispositivos pertinentes a contratos administrativos regidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber.

CAPÍTULO VIII
DA GESTÃO DE RECURSOS

Art. 14. A gestão de recursos financeiros oriundos das atividades decorrentes dos objetivos e das competências atribuídas ao NIT e Apoio a Patentes será exercida, preferencialmente, pelo IFMT, com observância dos critérios e normas do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e da legislação federal correlata.

§ 1º Os recursos financeiros auferidos diretamente pela transferência de tecnologia são considerados receita própria, enquadrada na fonte 250 (duzentos e cinqüenta).

§ 2º Os recursos oriundos de convênios, acordos, ajustes, auxílios e outras avenças congêneres, celebrados com a União, Estados, Municípios, Distrito Federal e seus órgãos, autarquias e fundações, obedecerão às normas do respectivo concedente, naquilo que não conflitar com a legislação federal, e também na conformidade do que dispuser o instrumento contratual.

Art. 15. A gestão de recursos financeiros de que trata o art. 15 poderá ser exercida por outra entidade de Direito Público ou Privado, mediante justificativa

JBS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC - SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
MATO GROSSO

circunstanciada e motivada da PROPES, com base em parecer fundamentado do NIT.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, a PROPES constituirá processo administrativo formal, numerado, autuado, numeradas e rubricadas suas folhas, de acordo com as ocorrências cronológicas, o qual conterà, no mínimo, os seguintes expedientes e procedimentos:

- I – documentação inicial;
- II – parecer, fundamentado e conclusivo, da área de planejamento e orçamento do IFMT, quanto à inviabilidade de gestão orçamentária e financeira pelos critérios e regime adotados pelo SIAFI;
- III – autorização do ordenador de despesas do IFMT, quanto à gestão dos recursos por outra pessoa jurídica, pública ou privada; e
- IV – devolução dos autos à PROPES para encaminhamentos e viabilização do objeto.

§ 2º O disposto neste artigo aplicar-se à hipótese de contratação de fundação de apoio, na conformidade da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.205, de 14 de setembro de 2004.

§ 3º As contratações de que trata este artigo não geram direitos de quaisquer espécies, de Propriedade Intelectual, de patente, ou de exploração econômica, ressalvadas as hipóteses previstas legalmente e ajustadas em instrumentos contratuais específicos.

CAPÍTULO IX
DO APROVEITAMENTO ECONÔMICO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E
APLICAÇÃO DE RECURSOS AUFERIDOS

Art. 16. Os rendimentos auferidos na exploração econômica de inventos e criações e de transferência de tecnologia, sob a forma de cessão de direitos, royalties, lucros de exploração direta ou indireta, participação regulada por contratos, convênios, ajustes e instrumentos congêneres, a qualquer título, obedecerão as seguintes proporções:

JBB



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC - SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
MATO GROSSO

I – é assegurada ao inventor, criador, ou melhorista, a participação de até 1/3 (um terço) nos ganhos econômicos acima referidos; e

II – no mínimo de 2/3 (dois terços) pertencerão ao IFMT, assim distribuídos:

a) 50% será destinado à melhoria da estrutura física e manutenção das atividades da PROPES, especialmente em apoio a projetos de pesquisa científica e tecnológica e ações do NIT, incluindo despesas com taxas, emolumentos, registro de patentes, licenciamento e gastos conexos; e

b) 50% será destinado a melhoria da estrutura física e manutenção de atividades, exclusivamente de pesquisa, das Diretorias e/ou Coordenações, na proporção da respectiva contribuição, quando a inovação delas se originar, conforme estabelecido previamente entre as partes.

Parágrafo único. A repartição e a fruição do aproveitamento econômico deverão ser estabelecidas em contratos específicos, ou em outros ajustes formais congêneres, firmados entre o IFMT e as partes interessadas.

CAPÍTULO X
DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

Art. 17. As informações, os direitos relativos à Propriedade Industrial, depósitos de patentes, registros, contratos, convênios, e os processos de qualquer natureza, seqüência, genes, resultantes direta, indireta, completa ou parcialmente de atividades realizadas em consequência dos projetos e planos de trabalho decorrentes de toda e qualquer ação do NIT serão objeto de sigilo.

§ 1º Para fins desta Política de Inovação Tecnológica, o termo “informação restrita” significará todas as informações relativas ao conhecimento novo gerado a partir das pesquisas desenvolvidas no IFMT.

§ 2º Qualquer “informação restrita” relativa a ações ou em que, de qualquer forma, haja a participação do NIT, somente poderá ser objeto de divulgação ou publicação após aprovação expressa e por escrito das partes envolvidas, obrigando-se, em caso de publicação, a consignar destacadamente todos os



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC - SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
MATO GROSSO

participantes diretamente envolvidos no objeto (invenção, modelo de utilidade, cultivares, programa de computador, etc).

§ 3º Todos os servidores, empregados, estagiários, prepostos e demais pessoas que atuam nas ações do NIT deverão manter sigilo e confidencialidade quanto a resultados, processos, documentos, informações e demais dados de que tenham ciência, ressalvadas autorizações prévias e por escrito das partes diretamente interessadas em cada operação, processo, invenção, cultivar, programa de computador e demais coisas susceptíveis de proteção.

§ 4º Em contratos, acordos, convênios, ajustes, termos de compromissos e instrumentos afins, os partícipes deverão prever cláusula de sigilo e confidencialidade de modo a preservar os resultados passíveis de proteção a salvo de influência externa ao Núcleo, tais como sabotagem, apropriação indevida de processo, fórmula, programa de computador ou qualquer outra produção que seja alvo de estudos e participação do NIT ou terceiros, na qualidade de inventores, criadores, melhoristas e assemelhados.

CAPÍTULO XI
DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Art. 18. É facultado ao IFMT prestar a instituições públicas ou privadas, serviços compatíveis com os objetivos da Lei nº 10.973/2004, nas atividades voltadas à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.

§ 1º A prestação de serviços prevista no caput dependerá de aprovação direta pelo Reitor ou, indiretamente, mediante delegação de competência formalizada em ato próprio.

§ 2º O servidor ou o empregado público envolvido na prestação de serviços prevista no caput poderá receber retribuição pecuniária, diretamente do IFMT ou de instituição de apoio com que esta tenha firmado acordo, sempre sob a forma de adicional variável e desde que custeado exclusivamente com recursos arrecadados no âmbito da atividade contratada.

15/3



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC - SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
MATO GROSSO

§ 3º O valor do adicional variável de que trata o § 2º fica sujeito à incidência dos tributos e contribuições aplicáveis à espécie, vedada em qualquer hipótese a incorporação aos vencimentos, à remuneração ou aos proventos, da mesma forma que a referência como base de cálculo para qualquer benefício, adicional ou vantagem coletiva ou pessoal.

§ 4º O adicional variável de que trata este artigo configura, para os fins do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, ganho eventual.

§ 5º Somente poderá perceber o adicional variável servidor que atue diretamente no objeto da contratação, de forma que o seu resultado esperado não seria alcançado se não houvesse a participação do servidor.

§ 6º Considera-se servidor, para fins do artigo:

a) aquele abrangido pela Lei nº 8.112, de 11 dezembro de 1990, que esteja em efetivo exercício; e

b) aquele abrangido no contrato firmado sob a égide da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, art. 2º, incisos IV, V, VI, alínea “h”, e VII.

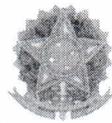
§ 7º Na hipótese de o adicional variável ser pago por fundações de apoio, de que trata a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, até que sobrevenha regulamentação oficial específica, serão observados as mesmas formalidades, exigências e valores estipulados pela Resolução pertinente, vedado o pagamento cumulativo com a retribuição de que trata o art. 20, desta Política de Inovação.

CAPÍTULO XII

DAS PARCERIAS E DA BOLSA DE ESTÍMULO À INOVAÇÃO

Art. 19. É facultado ao IFMT celebrar acordos de parceria para realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo, com instituições públicas e privadas.

§ 1º O servidor público, pertencente ao quadro do IFMT, envolvido na execução das atividades previstas no caput, poderá receber bolsa de estímulo à inovação diretamente de instituição de apoio ou agência de fomento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC - SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
MATO GROSSO

§ 2º Na hipótese de a bolsa de estímulo à inovação ser paga por fundação de apoio, de que trata a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e Decreto nº 5.205, de 14 de setembro de 2004, até que sobrevenha regulamentação oficial específica, serão observados as mesmas formalidades, exigências e valores estipulados pela Política de Inovação Tecnológica pertinente, vedado o pagamento cumulativo com a retribuição de que trata o art. 19, desta Política de Inovação.

§ 3º As partes deverão prever, em contrato, a titularidade da Propriedade Intelectual e a participação nos resultados da exploração das criações resultantes da parceria, assegurando aos signatários o direito ao licenciamento, observado o disposto nos §§ 2º e 3º, do art. 6º, do Decreto nº 5.563/2005.

§ 4º A Propriedade Intelectual e a participação nos resultados referidos no § 2º serão asseguradas, desde que previsto no contrato, na proporção equivalente ao montante do valor agregado do conhecimento já existente no início da parceria e dos recursos humanos, financeiros e materiais alocados pelas partes contratantes.

§ 5º A bolsa de estímulo à inovação de que trata o § 2º, concedida diretamente por instituição de apoio ou por agência de fomento, constitui-se em doação civil a servidores e/ou empregados do IFMT, para realização de projetos de pesquisa científica e tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo, cujos resultados não revertam economicamente para o doador nem importem em contraprestação de serviços.

§ 6º Somente poderão ser caracterizadas como bolsas aquelas que estiverem expressamente previstas, identificados os seus valores, periodicidade, duração e beneficiários, no teor dos projetos a que se refere este artigo.

§ 7º As bolsas concedidas nos termos deste artigo são isentas de imposto de renda, conforme o disposto no art. 26 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e não integram a base de cálculo de incidência da contribuição previdenciária prevista no art. 28, incisos I e III, da Lei nº 8.212/1991.

CAPÍTULO XIII
DISPOSIÇÕES GERAIS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC - SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
MATO GROSSO

Art. 20. Todos os atos de delegação de competência destinados a regular matérias tratadas nesta Política de Inovação Tecnológica observarão os preceitos contidos no Estatuto e Regimento Geral do IFMT.

Parágrafo único. Os atos administrativos de que trata este artigo serão editados sob a forma de Portaria, precedido do exame prévio da assessoria jurídica do IFMT.

Art. 21. A PROPES, sempre que possível e para tratar situações freqüentes, deverá adotar padronização de rotinas e de formulários no âmbito das atividades do NIT de que trata esta Política de Inovação Tecnológica.

§ 1º Devem ser alvo de padronização os seguintes expedientes, desde que se enquadrem no conceito “situações freqüentes”:

- I – contratos;
- II – requerimentos;
- III – termos de compromisso;
- IV – convênios, ajustes e outros instrumentos congêneres;
- V – declarações;
- VI – planilhas de preços, de formação de custos e análogas;
- VII – protocolos; e
- VIII – outros, cuja freqüência de utilização seja evidenciada.

§ 2º Os modelos padronizados de expedientes serão instituídos por ato administrativo da PROPES, ouvida a assessoria jurídica do IFMT, quando se tratar de contratos, convênios, declarações, termos de compromissos, certidões e demais instrumentos congêneres dos quais possam decorrer, de qualquer forma, obrigações de uma ou mais partes.

Art. 22. Quaisquer atividades que se relacionem com o estatuído desta Política de Inovação Tecnológica do IFMT só poderão ser exercidas por servidores do IFMT, ressalvadas as hipóteses previstas em leis federais e desde que respaldadas por instrumento jurídico adequado.

Art. 23. Todas as divulgações, comunicações, publicações e outras formas de transmissão de mensagens escritas, televisivas, radiofônicas, eletrônicas e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC - SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
MATO GROSSO

assemelhadas, que se relacionarem com as atividades do NIT, deverão mencionar o nome desse precedido da sigla e/ou nome do IFMT.

Art. 24. Os casos omissos serão resolvidos pela PROPES, ouvida a assessoria jurídica do IFMT.

Art. 25. Esta política de Inovação Tecnológica entra em vigor nesta data.

Cuiabá, 20 de dezembro de 2010.


PROF. JOSÉ BISPO BARBOSA
PRESIDENTE DO CONSUP/IFMT



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DE MATO GROSSO**

Cuiaba, 20 de Dezembro de 2010.

PARECER : POLÍTICAS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO.

O documento enviado ao Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, referente a Política de Inovação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, após análise consideramos favorável a implantação da Política contida no documento.

Cordialmente,

A handwritten signature in blue ink, reading 'Gilma Silva Chitarra'.

Gilma Silva Chitarra.
Conselheira relatora
CONSUP - IFMT



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO**

**PROPOSTA: IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE INOVAÇÃO
TECNOLÓGICA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE MATO GROSSO.**

- RESOLUÇÃO Nº 016, DE 22 DE OUTUBRO DE 2008

A Resolução trata da criação do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT, enquanto Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, CEFET-MT, vinculada a Diretoria de Relações Ações Empresariais e Comunitárias.

- PORTARIA Nº 505, DE 22 DE OUTUBRO DE 2008

A Portaria designou os servidores, Fernanda Marques Caldeira (coordenadora), Luiz Diego Maristoni, Marcos Feitosa Pantoja e Rafael Luiz Viegas, para constituir a equipe dos gestores do Núcleo de Inovação Tecnológica-NIT, do CEFET (período de 1 ano).

**- DOCUMENTO PARA IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE INOVAÇÃO
TECNOLÓGICA NO CEFET-MT**

O documento elaborado pela Coordenadora do NIT, Fernanda Marques Caldeira apresenta a importância da Política de Inovação Tecnológica, a Propriedade Intelectual, e finalidade do NIT, os objetivos, estrutura, equipe de gestora, funcionalidade e metas do NIT.

Considerações- Em análise dos documentos acima mencionados observou-se que estes documentos não apresentam a POLÍTICA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, documento necessário para a implantação do NIT do IFMT. A Resolução nº 016 e Portaria nº 505, de 22 de Outubro de 2008, foram documentos criados para atender uma demanda emergencial do CEFET-MT, mas que não irá contemplar ou abranger o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Em virtude da transformação dos CEFET's do Estado do Mato Grosso para IFMT, surge a necessidade de que o NIT tenha seus objetivos e finalidades reavaliados para a nova realidade.

Em relação ao documento proposto, enviado aos Conselheiros, sobre as **POLÍTICAS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO**, seguem as seguintes considerações:

- O documento sobre a Proposta da Política de Inovação Tecnológica do IFMT, apenas orienta e apresenta o que será realizado nesta área. Somente após a aprovação da Política de Inovação é que será elaborado o regulamento do Núcleo de Inovação do IFMT.

Referente ao documento apresentado para apreciação dos Conselheiros, o mesmo está completo e abrange as nossas necessidades em relação a Inovação Tecnológica, quando comparado as Políticas de Inovação Tecnológicas de outras Instituições de renome no país.

Verificar mudanças no texto do documento que se encontra em **vermelho**.

Comentários em relação as contribuições do Conselheiro Jandilson Vítor referente ao documento.

- O termo Agência – deverá ser consultado a procuradoria jurídica para avaliar o uso deste termo.

- O termo **Resolução** foi substituído pelo termo **Política de Inovação**, conforme o texto em **vermelho**, e não **Regulamento**, pois acredito ser mais apropriado.

- Inclusão no Art. 8º e 9º de palavras ao final da frase: conforme o Capítulo II do Decreto 5.563/05 e conforme o Art.4º do Decreto 5.563/05, respectivamente.

- Parágrafos 4º ao 7º do Art. 18 refere-se a adicional variável, tendo como sugestão a adequação ao Decreto que regulamento a Gratificação por encargos de Cursos e Concursos. Sugiro que seja avaliado este item desvinculando-o da gratificação para encargos de Cursos e Concursos tendo em vista por se tratar de matérias distintas.

Após análise, reconheço que este documento condiz com as expectativas referente a Política de Inovação.

